

XVI Congresso do PPS/Rio

Temas para reflexão e debate

1 - Conjunturas mundial e nacional - a crise econômica global e seus reflexos no Brasil e no Rio

Como marola ou tsunami, a crise econômica global, que teve seu epicentro no desmoronamento do sistema financeiro internacional, apoiado principalmente nas bases falsas, sem lastro financeiro, da bolha imobiliária dos EUA, chegou aos mais distantes pontos do planeta. Por aqui, a despeito de todo o esforço ilusionista e patético de Lula, ela bateu forte em nossos costados e atingiu até mesmo os verdejantes campos cultivados do interior do país.

A crise econômica atual começou a se manifestar no início dos anos 1980. Sua natureza de crise do capitalismo resulta da desconexão entre trabalho assalariado e capital em escala mundial, minando o desenvolvimento do capital em sua própria fonte de produção. O processo de globalização da economia, graças às novas tecnologias que permitem decisões financeiras em tempo real, promoveu a financeirização exacerbada do capital, que passou a “preferir” ganhos no mercado de papéis ao invés de nas mercadorias e produtos derivados dos serviços.

Aqui, na terra em que se plantando tudo dá, as exportações caíram 15% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2008* e a produção de bens de capital teve redução de 20%*. Além disso, em fevereiro o Brasil viu sua produção industrial ser reduzida em 17%*, sua arrecadação também cair e seus gastos subirem, provocando o primeiro déficit em 12 anos*. Resumo da ópera: “No último trimestre do ano passado, o PIB brasileiro teve queda de 15,2%, se adotarmos os critérios da maioria dos países”, informou Merval Pereira na sua coluna de 19 de abril no Globo. Definitivamente, não dá para surfar nesse calhau.

Se nem mesmo os tradicionais surfistas, louros e de olhos azuis, se arriscam em novas manobras, por menos radicais que sejam, e procuram as baías seguras do Estado, ao menos por enquanto, só mesmo a ignorância em relação ao sistema globalizado das relações econômicas entre os países ou um marketing cego pelo desejo de preservação do poder podem levar alguém a achar que estamos imunes à crise. Não tem sentido dizer que ela tem cores, que é obra de mentes diabólicas que montaram tal catástrofe para atingir os infelizes do terceiro mundo, os pobres em especial. E quando tal afirmativa parte de quem tem a responsabilidade de dirigir nossa nação, temos outra catástrofe, anunciada.

Quem lê jornal sabe mais, quem não lê não sabe que os países emergentes tiveram um crescimento de 8% enquanto o produto global médio cresceu 4,5%*, que os Estados Unidos vão gastar 7 trilhões de dólares para debelar a crise* e que o comércio global, que vinha crescendo nos últimos anos a 8%, registra queda de 20%*.

Ora, os primeiros atingidos foram exatamente os surfistas de ondas gigantes, que tiveram a maior responsabilidade na formação dessa crise. Mas isso não quer dizer que no Brasil ela morreu na praia. Não estamos em mar de almirante e muita turbulência está acontecendo e vai acontecer na economia e na política nacionais.

Para enfrentar o custo social embutido nos salários na maioria das economias dos países desenvolvidos, o capital deslocou a contratação de mão de obra para países periféricos da Ásia, concentrando atividades manufatureiras e de serviços na Índia, Tailândia, Coréia, entre outros. Ocorre que a massa salarial contemporânea vira capital na hora em que é paga a cada trabalhador, através do seu depósito nos bancos. O operário em Betim pode não perceber, mas seu salário depositado se transforma imediatamente em capital financeiro, por exemplo, em Hong Kong, alimentando a especulação em papéis derivativos. Tais movimentos criam as condições para a superação dos salários e o fim dos empregos formais nas economias mais avançadas e nas nem tão avançadas.

O que fazer diante dos fatos teimosos em desmentir Lula, como as demissões na Embraer, no setor automobilístico e na Vale? Devemos cobrar do governo medidas para amenizar os estragos da onda gigante que nos atinge, que se não é tsunami, também não é marolinha. Nesse sentido, o PPS Rio propõe a formação de um grupo de estudos para encaminhar na Câmara Municipal, por intermédio de nossos vereadores, medidas contra a crise no âmbito do poder local, junto com a mobilização da comunidade para o mesmo fim.

**Dados colhidos nas colunas de Merval Pereira, Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg.*

2 - Conjunturas estadual e municipal e projetos para o desenvolvimento sustentado nos dois níveis de governo

Como analisar as conjunturas estadual e municipal atuais sem começar pelo fogo cruzado dos tiroteios entre bandidos e entre policiais e bandidos que fazem nosso cotidiano? Como não reconhecer que a violência que envolve instalações industriais em complexos habitacionais de baixa renda, as chamadas comunidades, não só inibem a atividade econômica como em muitos casos a suprime? Como não diagnosticar a deterioração do tecido urbano causada pelo crescimento desordenado e descontrolado das favelas e da cidade de um modo geral?

E não adianta mais dizer que a culpa é dos nordestinos que abandonam seus cariris e vêm para os grandes centros urbanos nos penúltimos paus-de-arara. Isso não acontece mais e as metrópoles, favelas e complexos crescem de dentro para fora, na mesma proporção em que aumentam a concentração de renda, a falta de planejamento urbano, as desigualdades sociais e a falta de oportunidades para os mais pobres, sem falar no assalto permanente aos cofres públicos, quase sempre protagonizado por integrantes da classe política.

Políticas de enfrentamento e choque de ordem também devem ser levadas para outras direções, igualmente responsáveis pelo atual estado de coisas e que não estão nos barracos ou nas barracas de camelô. A desordem está em todo lugar e já não se controla mais nada – da ocupação das encostas a alguns gabinetes parlamentares que desmerecem a democracia ao se transformarem em balcões de negócios.

Só depois disso podemos falar em projetos para o desenvolvimento sustentado, que poderão contemplar tanto a economia estadual, atraindo investimentos e estabelecendo prioridades corretamente, como uma melhor qualidade de vida no município, não apenas no sentido do conforto e segurança mas também detectando maneiras eficazes de contribuir e influir no enfrentamento da crise global, das questões do meio ambiente e da inclusão social.

Não será difícil idealizar e realizar projetos para o desenvolvimento sustentado do estado e do município, com ênfase na afirmação do Poder Local, desde que seja revertida a metástase que se instalou no corpo da sociedade e sejam encontrados mecanismos eficazes de controle social da corrupção e do banditismo.

Por enquanto, apenas como especulação podemos imaginar, por exemplo, grandes investimentos na recuperação da malha ferroviária, transformando-a em metrô de superfície, e na criação de condições para os subúrbios ou mesmo a Avenida Brasil se revitalizarem, já que dispõem de toda a infraestrutura urbana necessária para novas habitações e construções comerciais. Com bons serviços de transporte público e boas condições de moradia, ficaria evidente a conquista de uma qualidade de vida superior nestas regiões hoje equivocadamente abandonadas.

A propósito, de que adianta construir muros de concreto ou “ecológicos” para conter a ocupação das encostas? Se nem os muros construídos na fronteira mexicana ou na Palestina conseguiram conter a mobilidade das populações, porque os muros cariocas vão conseguir?

Continuando a sonhar, também podemos imaginar o dia em que contribuiremos para a redução do efeito estufa deixando obrigatoriamente nossos carros em casa e indo para o centro da cidade de bicicleta, metrô ou ônibus acessíveis e com linhas corretamente planejadas. Sem esquecer de que isso também seria de grande ajuda para solucionar a crise econômica, pois representa economia de energia e dinheiro.

Nas áreas de Saúde e Educação, em que nosso partido já acumula considerável atuação por meio de seus parlamentares, consideramos que, para enfrentar os gravíssimos problemas de duas das mais importantes políticas públicas do nosso estado e da nossa cidade, os atuais governos (Cabral/Paes) estão propondo soluções que nos remetem ao polêmico debate dos anos 80/90, quando foi amplamente discutida a Reforma do Estado Brasileiro que propunha o famoso Estado Mínimo.

Tendo como justificativa destes governos as dificuldades de gestão pública trazidas pela legislação brasileira (Regime Jurídico Único, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Licitações/8.666), o nosso atual governador e o prefeito deixam claras as suas preferências em abdicar das suas funções de gestores na Saúde e na Educação, “flexibilizando” as gestões e passando a atuar nestas áreas como reguladores dos sistemas.

Para concretizar estes seus desejos, apresentaram projetos de lei à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal, propondo a criação de Fundações Públicas de Direito Privado para os hospitais estaduais (Alerj) e Organizações Sociais/OS para a Saúde, Educação, Cultura, Ciência e tecnologia e Esportes no âmbito municipal (CMRJ).

Os atuais gestores estão esquecendo, quando criticam a administração pública, que os ocupantes destes cargos são (geralmente) indicações político-clientelistas, não dando oportunidade aos funcionários de carreira que deveriam estar ocupando estes setores, com as mesmas condições oferecidas aos apadrinhados.

Também se faz necessário lembrar aos defensores do Estado-regulador em detrimento ao Estado-gestor as últimas experiências que vivenciamos no Rio de Janeiro. O ex-prefeito da cidade terceirizou parte da Saúde e passou a atuar ativamente como regulador. Todos nós sabemos como anda o setor no RJ. Já o ex-governador terceirizou (através de ONGs) vários setores dele. O que assistimos? Péssimos serviços e alguns secretários presos. O atual governador também pode fazer uma rápida avaliação do seu governo, como regulador – basta analisar a regulação dos sistemas de barcas, trens, metrô e ônibus.

Precisamos aprofundar as discussões sobre estes temas pois nossos parlamentares estarão defendendo as posições do partido nas duas casas legislativas e votando as propostas dos governos.

Finalizamos este item constatando que tudo o que somos capazes de fazer por uma cidade e um mundo melhores ainda ocupa o território dos sonhos, infelizmente, e só obteremos sucesso se começarmos a construir essa nova realidade a partir de nós mesmos, dando o exemplo e participando dos movimentos socialmente justos.

3 - Movimentos sociais: debilidades e participação com projetos de mudanças

Melhores condições de vida e a própria construção de direitos sempre foram a essência dos movimentos sociais. Da campanha “O petróleo é nosso!”, passando por reivindicações trabalhistas levadas à frente pelas organizações sindicais, pelos movimentos estudantis dos anos 1960, quando surgiram muitos dos líderes atuais, até a conquista do voto feminino com a queima de sutiãs, entre outras manifestações, sempre foi o movimento irrefreável da vida que empurrou para a frente as pessoas e seus ideais.

Atualmente, em nossa cidade e no conjunto do país, os movimentos sociais têm experimentado mudanças significativas, manifestando-se um decréscimo no grau de participação, mobilização e proposições de caráter consistente. Entre os vários fatores a que isto se deve, podemos destacar as mudanças políticas ocorridas no mundo, as modificações na estrutura de várias categorias profissionais, a descrença causada pela frustração com partidos como o PT, que se colocava na vanguarda de muitos desses movimentos, assim como pela insistência de outros partidos e movimentos em formas de luta superadas

historicamente, e, finalmente, pela falta generalizada de proposições levando em conta os aspectos acima referidos e outros, o que certamente teria contribuído para mobilizações calcadas na realidade e em conformidade com as demandas de um mundo novo e mais complexo.

É preciso ressaltar que a situação se agravou muito com a cooptação destes movimentos sociais pelo governo Lula, através do financiamento público de suas atividades, como as verbas oficiais para as entidades ligadas ao MST, parcela do imposto sindical para as centrais sindicais e o monopólio da confecção da carteira de estudante pela UNE e demais entidades estaduais e setoriais. Além da ocupação de cargos em todas as esferas do governo (federal, estadual e municipal), nas estatais, fundos de pensão etc., pelos sindicalistas. Desde o tempo de Getúlio Vargas existia a carreira de Juiz Classista, apropriada pelos sindicalistas “pelegos”. Hoje, são os cargos na administração direta e indireta. É necessário, portanto, uma nova agenda e resgatar a bandeira da autonomia e independência do movimento sindical em relação ao governo e aos partidos políticos.

Também não constitui nenhuma novidade que, ao longo da história, os movimentos sociais, especialmente o sindical, o mais importante deles, já vinha passando desde os anos 90 por uma séria crise em razão das profundas mudanças no mercado de trabalho, em função da revolução tecnológica, especialmente em telecomunicações e informática. Esses movimentos também foram, em muitos casos, manipulados por partidos, grupos de interesse econômico, governos e instituições religiosas.

Acrescente-se a isso que entramos num novo período do capitalismo que, ao perceber os novos tempos, toma uma ofensiva política contra os assalariados, inclusive com a implantação da terceirização de mão de obra sem relação direta com a atividade fim das empresas, e consegue colocar o chamado mundo do trabalho numa posição defensiva. Há um enfraquecimento generalizado dos sindicatos e das instituições políticas defensoras dos assalariados em todo o mundo sem perspectivas de recuperação.

Ficar fora desse jogo, entretanto, é mais do que uma posição comodista, despolitizada e sem qualquer possibilidade de influenciá-lo de forma positiva, para que se ajuste aos novos tempos. Não participar dos movimentos sociais é perder o jogo por WO.

Mas nem tudo está perdido no país do futebol pois, a despeito da falência dos chamados movimentos sociais tradicionais, como sindicatos, associações de moradores, movimento estudantil etc., que se transformaram em cabides de empregos bem remunerados ou passaram a ser “chapa branca”, não sendo hoje em dia mais do que meros instrumentos de afirmação e controle do poder central, surgiram muitos times novos, no bojo e em sintonia com as novas regras de jogo, desde as tecnológicas e ambientais até as ditadas pela emancipação de minorias antes expulsas do campo da cidadania.

Estão aí, jogando um bolão, movimentos como o dos negros, o das pessoas com deficiência, o ecológico, o LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) e o de inclusão digital, que refletem a nova realidade do mundo em que vivemos e se utilizam dos recursos tecnológicos e de comunicação mais modernos para

atingir suas metas, que vão muito além de simples gols. Cada vez que um desses novos times entra em campo, o objetivo é ganhar o campeonato.

Na preleção de vestiário e considerando todas as questões acima referidas, no que diz respeito ao PPS devemos reconhecer que praticamente nenhum esforço tem sido feito para a inserção nesses movimentos, tanto nos tradicionais quanto nos dos novos tempos, tanto em nossa cidade quanto no estado e, aparentemente, até nacionalmente. Não basta que formemos grupos internos de discussão destas categorias, camadas e gêneros sem vestir as camisas dos times e sem ter como meta nos inserirmos nos órgãos e instituições já existentes ou, ainda, criarmos outros que possibilitem a implementação de políticas calcadas na realidade, que fortaleçam a democracia e enfrentem os gravíssimos problemas das sociedades carioca, fluminense e brasileira.

Precisamos voltar para o segundo tempo com a garra necessária para driblarmos os adversários e marcarmos gols de placa. Nenhum partido que se diga de esquerda ou progressista pode querer, por exemplo, criminalizar esses movimentos ou menosprezá-los como coisa atrasada, do passado. Estamos carecas de saber qual é o jogo dos times tradicionais, como no caso do movimento sindical no Brasil, que viu seu jogo perder o brilho e adquirir deformações a partir da instituição da CLT. Começou com os famosos pelegos se perpetuando no poder e, hoje em dia, fazendo dobradinha com eles nós temos o novo fenômeno de dirigentes também se perpetuando nos cargos.

Não é só o Senado que tem mais de 100 diretorias. Da mesma forma que lá, atendendo às mais diversas tendências e apadrinhamentos políticos, existem sindicatos com mais de 100 diretores, muitos com direito a reeleições sem limite. São como times que só têm cartolas – como é que vão jogar e ganhar o campeonato? Na verdade, eles nem querem mais jogar, não interessa. Como tudo na vida, também nesse campo as mudanças são processuais e às vezes demoradas. O XVI Congresso pode representar uma grande oportunidade para que esta questão seja retomada como forma de o partido sair dessa lanterna no campeonato dos movimentos sociais.

O aparecimento de uma nova base técnica na sociedade cria as condições para o surgimento de um novo modo social de produção. Aqui está a oportunidade de uma grande transformação. E é preciso ressaltar que nela o trabalho continua e com grandes possibilidades para os empreendimentos individuais ou mesmo de grupos através das redes tecnológicas. As redes propiciam uma novidade que é dar aos detentores da força de trabalho humano, assim como para os movimentos sociais, o saber e informação para o processo criativo com pouco capital de investimento.

4 - Relações entre os poderes Executivo e Legislativo, nos planos federal, estadual e municipal

É verdade que os costumes passaram por uma grande revolução, particularmente desde 1968. Hoje em dia convivemos com muitas liberdades mas, calma senhores, ainda não chegamos à aceitação com a naturalidade e tranquilidade que reinam em nossos lares,

mesmo depois de tantas transformações, da maneira como os governos federal, estadual e municipal se aliaram por nossas bandas.

A introdução acima se faz necessária, pois antes de abordarmos propriamente as relações entre o Executivo e o Legislativo, que também ultrapassaram os paradigmas mais avançados estabelecidos pela revolução dos costumes, é preciso concluir a análise da aliança das três esferas de desgoverno. Se quisermos verdadeiramente definir o que acontece hoje, teremos que ir além da simples relação entre União, Estado e Município, que em si mesma deve existir, é positiva e republicana.

Mas de que podemos chamar as articulações muitas vezes espúrias, que nos levaram a enfrentar mais de uma dezena de partidos, as três máquinas governamentais e que nos roubaram a vitória na eleição para prefeito de 2008, senão de manipulação descarada?

Pois é. Apesar dessa cinematografia de horror, que contou inclusive com inúmeros coadjuvantes milicianos e traficantes, as eleições de 2008, tanto para prefeito como para vereador, constituíram-se, dentro de nossas forças, em uma vitória considerável se levarmos em conta que Fernando Gabeira quase chegou lá, afirmando a internet como mídia poderosa de campanha e enfrentando, com linguagem e forma de fazer política inteiramente novas, toda a armação contra ele, atingindo e conquistando a simpatia de amplos setores da sociedade carioca, especialmente da juventude e da intelectualidade. Para a Câmara de Vereadores elegemos com votação expressiva Stepan Nercessian e Paulo Pinheiro, companheiros com experiência política e partidária e já possuindo vivência parlamentar, o que lhes confere uma participação expressiva e representatividade entre seus pares.

Nas eleições de 2010 enfrentaremos nas ruas e avenidas da nossa cidade, e sobretudo nos seus becos sombrios, o poderoso esquema das máquinas federal, estadual e municipal. Para o estado do Rio de Janeiro, necessitamos conquistar votos para construir uma bancada que aumente nossa presença na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, assim como precisamos estabelecer alianças que nos permitam disputar o Senado Federal. Para o governo do estado, devemos considerar como uma possibilidade real a experiência bem-sucedida da campanha de Fernando Gabeira à prefeitura, com suas inovações positivas na maneira de fazer política, transparência e militância participativa e entusiasta.

É preciso lembrar que o atual governador Sérgio Cabral ganhou a eleição municipal do seu preposto com uma margem reduzida de votos na cidade do Rio de Janeiro, ficando no 2º turno praticamente “escondido” nos programas televisivos e radiofônicos. Na Baixada ele conseguiu eleger apenas um prefeito e na maior parte do interior as vitórias de seu partido foram apontadas por todos os analistas como sendo do ex-governador Garotinho.

No que diz respeito ao relacionamento entre o Executivo e o Legislativo municipais, nossos parlamentares têm seguido uma política correta, digna da tradição do antigo PCB, que originou o PPS, apoiando ações e iniciativas que favoreçam os interesses da população, mesmo que venham do Executivo, e criticando de forma contundente as que não representam os interesses do povo carioca. Em suma, como dizia Giocondo Dias, “nem apoio incondicional, nem oposição sistemática”.

5 - As reformas das instituições e os partidos políticos

Falar de algumas reformas no Brasil, como a fiscal e a política, por exemplo, é contar história para boi dormir. Que administrador público, neste país de grandes receitas tributárias, e que parlamentar, neste país de grandes empreiteiras, quer encarar os bois de cara preta das reformas fiscal e política? Nenhum deles quer matar as galinhas de ovos de ouro, salvo as honrosas e cada vez mais raras exceções de sempre.

Sem desmerecê-la, pois sempre é bom facilitar a comunicação entre as pessoas e os povos, faz-se prontamente uma reforma ortográfica, mas não são feitas as que mais profundamente contribuiriam para transformar a realidade, com a redução de impostos, a racionalização tributária e o financiamento público nas campanhas.

Esta aí um bom começo para a reforma política: o financiamento público nas campanhas. Não que apenas isso vá impedir o uso de recursos de outras origens. Para isso é necessário instituir-se transparência na utilização dos recursos financeiros durante as campanhas, com prestação quinzenal de contas em site oficial para que os eleitores possam ter pleno conhecimento da origem e do destino das verbas de campanha, além de outras medidas de controle.

Esse é um tema central numa reforma para valer. Precisam ficar claramente estabelecidas em lei quais são as premissas para quem deseja ser candidato, com a definição de que tipo de crimes realmente podem impedir uma candidatura, assim como deve ser implementada maior celeridade a tais processos judiciais. Complementando, e não menos importante, os partidos precisam ser muito mais rigorosos na formação de suas chapas eleitorais, utilizando critérios mais rígidos e comuns a todos eles.

Reforma política já! Esta deve ser a bandeira e, como explicitado no documento “Sem mudanças não há esperança”, o sistema político brasileiro que se desenvolveu após a Constituição de 1988 está exaurido e, em consequência, os partidos políticos, que continuam sendo fundamentais para o fortalecimento da democracia. Sem partidos políticos fortes, não há democracia representativa.

O PMDB é uma prova concreta da crise do sistema político. O maior partido do país, com maior número de vereadores, de prefeitos, de deputados estaduais e federais, de senadores e com um grande número de governadores, simplesmente não almeja ter candidato a presidente da República, pois não é um partido político com uma mínima visão ideológica e um programa partidário objetivo, se contentando em partilhar o poder e não fazer as mudanças que o país precisa. Até o PT se transformou em uma espécie de PMDB, com a diferença de que tem o Lula.

O ponto chave dos problemas da crise do sistema político é o voto nominal para os parlamentos municipais, estaduais e federal, que levam ao enfraquecimento dos partidos, ao absurdo das emendas dos parlamentares no orçamento, à corrupção advinda do caixa dois para o financiamento das campanhas eleitorais, às dificuldades de governabilidade para

qualquer Presidente que venha a ser eleito, que mesmo com mais de cinquenta por cento de votos não consegue ter maioria no Congresso Nacional.

Sem o voto em lista, não é possível o financiamento público, pois não haverá recursos suficientes para financiar as campanhas individuais de cada candidato. No sistema atual, os principais adversários de cada candidato são os próprios companheiros de partido e não os candidatos dos demais partidos.

Também é preciso avançar na representação de cada estado na Câmara de Deputados. Os votos nos grandes estados valem muito menos que os votos nos menores estados. É preciso com urgência aprofundar a discussão por um novo pacto federativo.

Além disso, não podemos continuar assistindo passivamente ao absurdo de como se constitui uma chapa de candidatos a senador conhecendo-se apenas o titular, já que os suplentes são burocraticamente registrados junto à Justiça Eleitoral, mas não são votados e nem constam da cédula eleitoral. Em muitos casos, as vagas são preenchidas por parentes e, em outros, por financiadores da campanha do titular.

Precisamos com urgência aprofundar a discussão do voto em lista, mista ou não, do voto distrital, misto ou não, e de outros aspectos fundamentais da legislação eleitoral. Para isso, também propomos que seja criado neste congresso um grupo de discussão e análise do tema, também mobilizando a sociedade para o debate.

Por último:

O PPS Rio lamenta que a direção nacional não tenha apresentado documento base de discussão das teses para orientar o debate em todos os níveis do partido, desde seus núcleos, congressos municipais e estaduais. Certamente isso possibilitaria um maior aprofundamento do debate e uma participação mais efetiva dos filiados.

XVI Congresso do PPS/Rio

Programa

Data: 9 de maio de 2009

Local: ASA - Associação Scholem Aleichem (Rua São Clemente, 155, Fundos)

1 – Credenciamento e instalação (9h às 10h)

2 – “Conjunturas mundial e nacional – a crise econômica global e seus reflexos no Brasil e no Rio” – Palestra de Sérgio Besserman (10h às 10h30m)

3 – “Conjunturas estadual e municipal e projetos para o desenvolvimento sustentado nos dois níveis de governo” – Palestra de Fernando Gabeira (10h30m às 11h)

4 – “As reformas das instituições e os partidos políticos” – Palestra de Luiz Carlos Azedo (11h às 11h30m)

5 – Debate aberto ao público (11h30m às 13h30m)

6 – Apresentação das conclusões e encerramento (13h30m às 14h30m)